



PRINCIPAIS PREOCUPAÇÕES DA UGT SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA

1. Na reunião do Secretariado Nacional de 13 de Novembro, a UGT analisou e debateu um conjunto de matérias relativas à situação económica e social, afluindo as situações dos vários sectores de actividade, entendendo destacar as seguintes questões:

A. ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2015

Para a UGT, o OE 2015 continua a ser um orçamento de austeridade, que mantém a exigência de sacrifícios aos mesmos, trabalhadores e pensionistas em especial, que não responde à urgência de uma verdadeira retoma económica sustentável e geradora de emprego e que não corrige minimamente as profundas injustiças e iniquidades sociais provocadas pelas políticas dos últimos anos, designadamente após a aplicação do PAEF.

É uma Proposta de Orçamento que continua a atribuir prioridade à consolidação orçamental, com clara secundarização dos objectivos de promoção do crescimento económico e da criação de emprego.

Não obstante as sucessivas declarações do Governo quanto à entrada num “novo ciclo, pós Programa de Ajustamento”, orientado para o crescimento económico, para o investimento e para o alívio da austeridade, a Proposta de OE 2015 vem desmentir tal mudança, que há muito a UGT e os portugueses vêm exigindo.

Acresce que este Orçamento não pode deixar de ser analisado de forma separada de outros diplomas aprovados, ou em discussão, os quais, não sendo integrados no OE para o próximo ano, têm consequências muito significativas na vida dos portugueses e interferem de forma directa nas estimativas, previsões e impactos estimados, designadamente os diplomas da reforma do IRS e da Fiscalidade Verde.

Na perspectiva da UGT, o Orçamento do Estado deve promover as condições para o crescimento económico, para a criação de emprego, preservar o Estado Social e a coesão económica, social e territorial e assegurar uma política fiscal mais justa, com desagravamento da carga fiscal sobre o factor Trabalho, o grande responsável pela consolidação orçamental.

De realçar que, no âmbito das audições havidas com os Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP, a UGT teve oportunidade de expressar as suas principais posições e preocupações em relação à Proposta de Lei sobre o OE 2015 e relativamente à qual já emitimos o nosso Parecer.

B. DIÁLOGO E CONCERTAÇÃO SOCIAL

A UGT reitera a sua preocupação relativamente ao esvaziamento do diálogo social em todos os níveis de relações laborais, desde as negociações entre trabalhadores e empregadores, até à concertação social. A Comissão Permanente de Concertação Social tem sido marcada cada vez mais pela inexistência de uma verdadeira agenda, pelo cancelamento de reuniões e pela secundarização do papel dos parceiros sociais, reduzindo-a à discussão de temas acessórios, ou a uma sede de mera audição dos parceiros, não existindo um verdadeiro empenho na promoção e construção de compromissos.

O vazio negocial é particularmente sentido na negociação colectiva, com o Governo a demitir-se das suas competências enquanto empregador, mas também a não assumir as suas responsabilidades enquanto dinamizador da negociação, área em que, pelo contrário, tem criado constrangimentos, nomeadamente desvalorizando a autonomia das partes. De registar que também os empregadores, em muitos sectores, se têm vindo a demitir das suas responsabilidades nos processos negociais da contratação colectiva.

C. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os trabalhadores da Administração Pública e do Sector Público Empresarial continuam a ser extremamente penalizados pelo OE para 2015. Para além de se manterem os cortes salariais, com a devolução de apenas 20% dos anteriores cortes, mantêm-se também o congelamento das progressões e carreiras, o agravamento dos descontos para a ADSE, recaindo ainda sobre eles a incerteza dos efeitos da nova tabela remuneratória única e da tabela única de suplementos.

Permanece a intenção de redução de efectivos, redução esta que, para a UGT, constitui um sério risco ao adequado funcionamento da Administração Pública, dos serviços públicos e do Sector Público Empresarial ao serviço dos cidadãos, sobretudo na medida em que continuam a inexistir medidas que promovam a melhoria de tal funcionamento, nomeadamente mediante uma melhor gestão e racionalização dos recursos existentes, a qual continua a não ser objecto de uma verdadeira discussão com os sindicatos do sector.

O objectivo traçado pelo Governo de reduzir em cerca de 12.000 o número de funcionários públicos, seja por que via for (veja-se a situação escandalosa do IGFSS) não pode deixar de ser questionado. Esgotadas as vias da aposentação e das rescisões por mútuo acordo, o risco da requalificação (leia-se despedimento) poderá reduzir substancialmente o rendimento de muitos trabalhadores.

A redução indiscriminada e continuada do número de trabalhadores põe igualmente em risco o funcionamento, a eficácia e a eficiência da Administração Pública, com o Governo a demitir-se das suas responsabilidades em áreas centrais.

Está assim em curso uma Reforma do Estado “encapotada”, mas uma reforma “silenciosa” em muitas áreas e sectores, sem auscultação e intervenção do mundo sindical que, contrariamente ao objectivo anunciado pelo Governo, não está a ser discutida com os trabalhadores e com os sindicatos, que não se sustenta numa verdadeira visão estratégica consensualizada e cujos impactos nos suscitam fortes preocupações e reservas.

D. ESTADO SOCIAL E SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE NACIONAL

A redução do número de trabalhadores da Administração Pública, a que se soma um desinvestimento em áreas centrais, com particular destaque para a educação e a protecção social, colocam em causa a capacidade de resposta da Administração Pública, a qualidade dos serviços por ela assegurados, o acesso dos cidadãos a serviços essenciais e, em última instância, o próprio Estado Social.

O Sector Empresarial do Estado (SEE), bem como em empresas com relevância estratégica a nível nacional, entretanto privatizadas, são os responsáveis pelo emprego de um número significativo de trabalhadores e continuam a confrontar-se com constrangimentos, com impactos negativos, não só num funcionamento eficaz do sector, como nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores.

A abertura à iniciativa privada dos serviços públicos de transporte de passageiros foi feita pelo Governo de uma forma arbitrária, sem o envolvimento dos parceiros sociais, entidades públicas locais, ou autoridades metropolitanas e continua a ser conduzido num processo

apressado que poderá vir a lesar fortemente o serviço público de transporte de interesse fundamental para as populações e utentes.

As reestruturações, fusões e concessões/privatizações em curso, ou previstas, num quadro de continuidade da suspensão dos mecanismos de antecipação da reforma, aumentam os receios de que a redução do número de trabalhadores que se pretende possa ocorrer por via de despedimentos colectivos, o que para a UGT constitui uma situação inaceitável.

O Estado insiste na via das privatizações das empresas, sobrepondo muitas vezes meros objectivos orçamentais ao próprio interesse estratégico do País. A UGT continuará a bater-se contra uma eventual privatização da TAP, que não defenda o seu papel enquanto companhia “de bandeira”, pelo impacto e relevância no desenvolvimento das relações com as comunidades lusófonas.

Também a Portugal Telecom, actualmente em processo de venda de activos, constitui-se como uma empresa que merece grandes preocupações por parte da UGT, não só na salvaguarda dos postos de trabalho, mas também dada a sua importância no tecido empresarial português. No passado, a UGT manifestou as suas preocupações na alienação da PT, a maior empresa de telecomunicações portuguesa e uma das maiores empregadoras do País, salientando que o cumprimento de objectivos orçamentais não poderiam comprometer os interesses estratégicos de Portugal. As constantes notícias sobre a oferta de compra da PT/SGPS põem em constante sobressalto a opinião pública, os trabalhadores e trai a confiança económica que devia estar subjacente a esta grande empresa.

A UGT defende a manutenção da integridade da PT e os seus activos no domínio e controlo nacionais.

E. SECTOR FINANCEIRO – REGULAÇÃO BANCÁRIA E SUPERVISÃO FINANCEIRA

O sector bancário e financeiro português atravessa um período de grandes dificuldades de que não há memória em Portugal. O colapso do Banco Espírito Santo (BES) e as respectivas consequências para os trabalhadores, clientes e tecido económico português, ou a postura de instituições bancárias instaladas em Portugal que, com o argumento de excesso de regulamentação, pretendem fechar agências e despedirem centenas de trabalhadores, são apenas exemplos da complexidade e dos problemas que actualmente afectam o sector.

Este foi o sector que esteve na origem de grave crise financeira que colocou em risco as economias europeias, em particular a de Portugal, com graves consequências para a sustentabilidade das economias e para o bem estar dos cidadãos. Do mesmo modo podemos registar que foram visíveis as deficiências na actuação dos reguladores e supervisores, quer perante as instituições, quer na informação aos consumidores.

Apesar de todas estas questões, a UGT considera que o apoio ao sector financeiro é importante, devendo assegurar-se que este sector continue a desempenhar o seu papel fundamental na alavancagem da economia, no financiamento ao sector produtivo e às famílias, e na manutenção dos postos de trabalho do sector.

A UGT e os seus sindicatos representativos do sector financeiro continuarão a pugnar por uma supervisão forte, uma regulação cada vez mais eficaz e uma intervenção governativa que não poderá demitir-se das suas responsabilidades nestas matérias, defendendo que a articulação entre os vários organismos de supervisão e regulação financeiras seria desejável e essencial para evitar comportamentos que desfavorecem a confiança dos consumidores, promovem a economia “de casino” especulativa e não representam uma imagem de credibilidade de Portugal no estrangeiro.

Lisboa, 17 de Novembro de 2014